

# Desafios Geopolíticos no Mediterrâneo Oriental: Implicações para a Segurança da União Europeia

Ana Oliveira e Pinheiro

*Licenciada em Ciência Política (ISCSIP) e pós-graduada em Gestão de Informações e Segurança (NOVA IMS – Information Management School). Auditora do 47.º Curso de Defesa Nacional (Instituto de Defesa Nacional). Desempenha funções na área da cooperação internacional, na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.*

## Resumo

O Mediterrâneo Oriental é uma região de enorme importância estratégica e económica, devido à recente descoberta de reservas significativas de gás natural. A disputa pela exploração desses recursos coloca a Turquia em conflito direto com a Grécia e com o Chipre, além de envolver países como Israel e o Egito, sendo uma questão primordial para a Europa, após o afastamento europeu dos combustíveis fósseis russos. Este artigo analisa o conflito e as suas implicações, colocando em relevo a postura assertiva da Turquia, os mecanismos jurídicos e diplomáticos invocados e as repercussões para as relações entre a Turquia e a União Europeia. O estudo aborda ainda as reivindicações marítimas face ao Direito Internacional e as posições dos Estados envolvidos. Também em relevo a importância dos recursos energéticos, as dinâmicas que os rodeiam e os cenários futuros para a região do Mediterrâneo Oriental, incluindo a escalada do conflito, a manutenção do *status quo* e/ou a resolução pacífica.

**Palavras-chave:** Turquia; Mediterrâneo Oriental; Geopolítica; Segurança Regional; Recursos Energéticos.

Artigo recebido: 30.03.2025

Aprovado: 05.05.2025

<https://doi.org/10.47906/ND2025.170.01>

## Abstract

*Geopolitical challenges in the eastern Mediterranean: implications for safety of the European Union*

*The Eastern Mediterranean is a region of great strategic and economic importance due to the recent discovery of significant natural gas reserves. The dispute over the exploitation of these resources puts Türkiye in direct conflict with Greece and Cyprus and involves countries such as Israel and Egypt. It has become a key issue for Europe, particularly following its shift from Russian fossil fuels. This article analyses the conflict and its implications, highlighting Türkiye's assertive stance, the legal and diplomatic mechanisms invoked, and the repercussions for Türkiye-EU relations. The study also examines maritime claims and the conflict between international law and the positions of the states involved; the significance of energy resources and the dynamics surrounding them; and future scenarios for the Eastern Mediterranean region, including conflict escalation, the maintenance of the status quo, and peaceful resolution.*

**Keywords:** Türkiye; Eastern Mediterranean; Geopolitics; Regional Security; Energy Resources.

## 1. Introdução

De relevância estratégica, a região do Mediterrâneo Oriental tem sido palco de tensões geopolíticas, nos últimos 50 anos, entre a Turquia, a Grécia e o Chipre. A região tornou-se foco de renovado interesse devido à descoberta de reservas significativas de gás natural.

As razões tradicionais da disputa estão relacionadas com questões de identidade nacional e histórica, de soberania e militarização grega de algumas ilhas no mar Egeu e a disputa pelo Chipre. Após a descoberta de hidrocarbonetos, a disputa adquiriu novos contornos relacionados com a exploração e extração de gás natural e petróleo, no ar Egeu e na região do Mediterrâneo Oriental, sobreposição de Zona Económica Exclusiva ZEE e reivindicações territoriais entre a Grécia, o Chipre e a Turquia, atividades de sondagem e perfuração de petróleo e gás natural, e competição geopolítica e energética pelo controlo de recursos estratégicos. A disputa coloca a Turquia em conflito direto com a Grécia e o Chipre, além de envolver países, como Israel e o Egito, tornando-se numa questão de segurança energética para a Europa. O conflito na região do Mediterrâneo Oriental é um dos principais obstáculos nas relações entre a Turquia e a União Europeia (UE). A abordagem agressiva da Turquia, nas suas reivindicações marítimas, e os exercícios militares na região aumentaram as tensões, gerando sanções e ameaças de embargo económico por parte da UE. O artigo reflete, assim, a complexa posição da Turquia entre o Ocidente e os seus interesses nacionais. O conflito encerra ainda a interpretação do Direito Internacional, em particular o Direito do Mar, na qual a Turquia contesta a delimitação das ZEE) da Grécia e do Chipre.

A escolha do tema justifica-se pela crescente importância do Mediterrâneo Oriental no campo da segurança europeia, seja no que diz respeito à segurança energética, seja à estabilidade geopolítica. Neste âmbito, são analisados os principais desafios geopolíticos presentes no Mediterrâneo Oriental e discutem-se as suas implicações para a Segurança da UE, assim como as causas das tensões regionais, os interesses dos principais atores envolvidos e as estratégias adotadas pela UE para proteger os seus interesses políticos, económicos e militares na região.

A análise desta questão é ainda fundamental para o entendimento dos mecanismos jurídicos e diplomáticos que a Turquia utiliza para justificar as suas ações. O governo turco não reconhece as ZEE cipriotas e gregas, pois não é membro signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - CNUDM (*United Nations Convention on Law and Sea - UNCLOS*), nem aceita que os governos destes países delimitem as suas fronteiras marítimas unilateralmente. A Turquia considera que a exploração de hidrocarbonetos nas áreas disputadas se tornou um instrumento importante para a demonstração de poder e um exercício de pressão sobre a Grécia. Apesar do reinício das conversações bilaterais, em janeiro de 2021, a relação entre

os dois países continua tensa, sendo expectável uma nova escalada do conflito. A disputa na região do Mediterrâneo Oriental não ameaça apenas a segurança regional, mas também coloca aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em posições divergentes, pois envolve diretamente a Grécia e a Turquia, ambos membros da aliança. A falta de consenso dentro da OTAN sobre como lidar com estas tensões reflete a importância e a complexidade do tema.

A metodologia utilizada é dedutiva e comparativa, tendo por base a análise documental de artigos científicos, documentos oficiais, Tratados e relatórios de organizações internacionais, procurando identificar os fenómenos que permeiam a geopolítica do Mediterrâneo Oriental, e que podem ser determinantes para as estratégias adotadas pela UE para este espaço regional.

No que respeita à fundamentação teórica, este artigo assenta em quatro eixos principais: a Geopolítica, a Segurança Internacional e Regional, a Segurança Energética e as Teorias das Relações Internacionais. A geopolítica concentra-se no estudo da relação entre os fatores geográficos e as políticas externas dos Estados, com ênfase em elementos como o território e os recursos naturais e no modo como estes afetam e influenciam questões estratégicas. No contexto do Mediterrâneo Oriental, a geopolítica revela que a região não é apenas uma área de disputas territoriais e de conflitos energéticos, mas também de confluência de interesses geopolíticos regionais e globais, onde competem potências como a Turquia, a Rússia, os EUA e a UE. Quanto à Segurança Internacional e Regional, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) de Barry Buzan e Ole Wæver, parte da premissa que a segurança regional é definida pela interação entre múltiplos fatores militares, políticos, económicos, ambientais e sociais - num espaço geográfico específico. A sua aplicação no Mediterrâneo Oriental possibilita compreender a complexidade da região e a sua interligação com os interesses da UE, especialmente no que respeita à estabilidade regional, migrações e questões de soberania. Relativamente à segurança energética, esta foca a capacidade de garantir o fornecimento estável, contínuo e acessível de energia, minimizando vulnerabilidades políticas e estratégicas. No caso da UE, e no que respeita à importação de gás natural, o Mediterrâneo Oriental representa uma oportunidade de diversificação das fontes energéticas, especialmente face à necessidade de reduzir a dependência do gás proveniente da Rússia. A energia sempre esteve no centro das disputas geopolíticas. O controlo sobre os recursos energéticos e as rotas de transporte revela um fator estratégico de primeira ordem (Yergin, 2011). As descobertas de gás *offshore*, na região do Mediterrâneo Oriental, contribuem para a intensificação das tensões entre a Grécia, a Turquia, o Chipre, o Egito e Israel, e repercutem-se diretamente na estratégia energética e de segurança da UE. Por fim, as dinâmicas entre os Estados requerem também uma ancoragem nas Teorias das Relações Internacionais. Neste caso, o realismo é particularmente relevante, uma vez que enfatiza o papel dos interesses nacionais, da soberania e da competição entre



O Mediterrâneo Oriental é uma sub-região do mar Mediterrâneo, que abrange países como a Turquia, a Grécia, o Chipre, Israel, o Líbano, a Síria e o Egito (e também a Palestina). Situa-se entre a Europa, a Ásia Ocidental e o Norte de África. As áreas disputadas entre a Grécia e a Turquia incluem as águas a sul e sudeste das ilhas de Rodes, Karpathos, Kasos e Creta e a ilha de Kastellorizo a apenas 1,25 milhas náuticas da costa turca (ver figura 1). A Turquia afirma que a sua plataforma continental se estende diretamente até aos limites exteriores do mar territorial de 6 milhas náuticas (Schaller, 2022).

A disputa entre a Grécia e a Turquia aborda os direitos de soberania e jurisdição na região do Mediterrâneo Oriental, centrada na delimitação da plataforma continental e da ZEE<sup>1</sup>. A Turquia defende que a sua plataforma continental se estende até aos limites das águas territoriais gregas e sustenta que a delimitação nesta zona deve “ser efetuada por acordo de todas as partes relacionadas com base no princípio da equidade, de modo a não prejudicar os direitos de soberania e jurisdição dos Estados” (UN, 2020). Por outro lado, a Grécia considera que todas as ilhas, independentemente do tamanho, têm direito a uma plataforma continental e a uma ZEE, que lhes confere capacidade de sustentar condições de habitabilidade e uma atividade económica, fundamentando que, enquanto uma determinada área marítima estiver “pendente de delimitação” entre dois Estados, a fronteira de delimitação provisória deverá situar-se na linha equidistante entre as costas relevantes, incluindo as ilhas. A posição da Grécia para este efeito está consagrada na sua legislação nacional.<sup>2</sup>

A Jurisprudência internacional, por norma segue uma abordagem em três etapas: (i) traça uma linha provisória de equidistância; (ii) considera as circunstâncias relevantes como fatores geográficos, económicos ou históricos que possam contribuir para ajustar a linha e alcançar equidade; (iii) verifica a proporcionalidade entre o comprimento da costa e as áreas marítimas atribuídas. As grandes ilhas gregas de Rodes, Creta, Karpathos e Kasos formam uma cadeia linear que projeta uma ZEE significativa para a Grécia. A jurisprudência sugere que ilhas grandes e habitadas, como Rodes e Creta, têm maior probabilidade de uma ZEE na delimitação, devido à sua extensão costeira e importância económica. No entanto, a aplicação da delimitação nas ilhas é inconsistente e imprevisível, uma vez que varia conforme a situação. Alguns tribunais internacionais consideram fatores como o tamanho da ilha, o impacto no equilíbrio das projeções costeiras e o facto de a ilha se encontrar ou não do outro lado da linha provisória. Um exemplo de disputa entre a Turquia

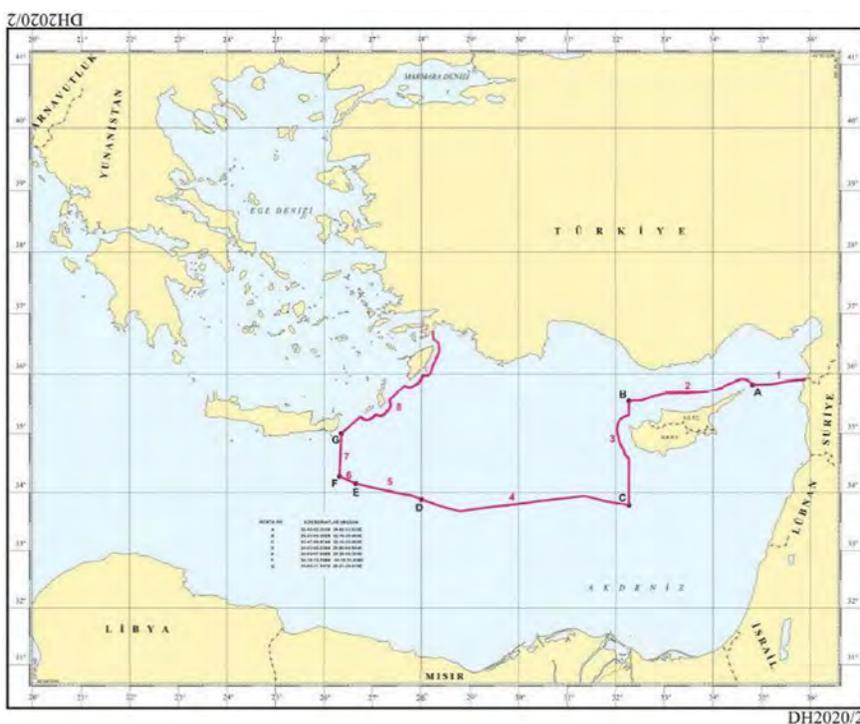
---

1 Artigo 121.º, sob a epígrafe “Regime das ilhas”, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 1998).

2 Consagrada no artigo 156.º da Lei 4001/2011 (Diário do Governo A179: “Para o funcionamento dos mercados de energia elétrica e de gás, para redes de exploração, produção e transporte de hidrocarbonetos e outras disposições” (Government Gazette of Greece, 2011).

e a Grécia é o caso de Kastellorizo<sup>3</sup>, próximo da Turquia, em que esta argumenta que a ilha não deve ter ZEE devido à sua pequena dimensão e à proximidade ao continente turco. Conclui-se que os métodos de delimitação marítima, como o princípio de equidistância e o ajuste por fatores geográficos, refletem interesses divergentes: enquanto a Turquia procura equidade ao considerar proximidade geográfica, a Grécia insiste na aplicação do Direito Internacional para proteger os direitos das suas ilhas, contribuindo para a discordância jurídica e intensificação do confronto político. O acordo<sup>4</sup> de delimitação marítima entre a Turquia e a Líbia, em 2019, ignorou a existência das ilhas gregas, traçando uma linha direta entre as áreas costeiras dos dois países (ver figura 2).

**Figura 2**  
**Limites exteriores da plataforma continental turca delineados pela Turquia**



Fonte: UN A/74/757, 2020.

- 3 Pequena ilha da Grécia localizada no mar Egeu, a apenas 3 km da costa da Turquia, com 11.98 km<sup>2</sup>.
- 4 *Memorandum of Understanding between the Government of the Republic of Turkey and the Government of National Accord-State of Libya on delimitation of the maritime jurisdiction areas in the Mediterranean* I-56119-080000028056605a.pdf (United Nations, 2019).

Este acordo foi amplamente criticado pela Grécia e por outros países como o Chipre, o Egito, os EUA, Israel e até a UE, que condenaram o acordo, considerando-o “nulo e sem efeito” por não se encontrar alinhado com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (United Nations, 2019). A França e a Itália também expressaram preocupações relacionadas com a segurança e a estabilidade da região do Mediterrâneo Oriental.

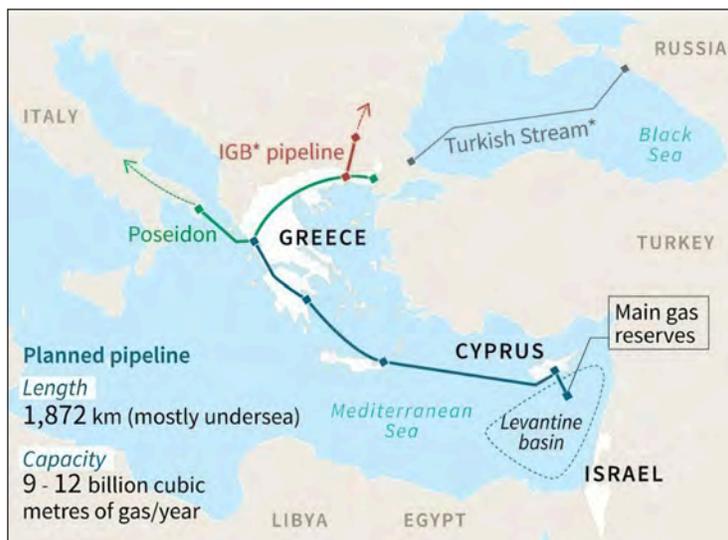
Em resposta, a Grécia firmou um acordo<sup>5</sup> com o Egito, fundamentando-se na equidistância e reconhecendo a influência das suas ilhas. Contudo, o acordo atribui um impacto reduzido a algumas ilhas gregas, como, por exemplo Creta, para integrar as reivindicações egípcias. Contudo, e conforme manifestado, “a Turquia não irá permitir qualquer atividade na área em questão e irá continuar a defender resolutamente os seus direitos e interesses legítimos, bem como os turco-cipriotas na região do Mediterrâneo Oriental” (Ministry of Foreign Affairs Republic of Türkiye, 2020). A disputa marítima entre a Grécia e a Turquia reflete as profundas divergências sobre direitos territoriais e soberania marítima na região do Mediterrâneo Oriental. Enquanto a Grécia privilegia o respeito pelo Direito Internacional e defende a plena inclusão das suas ilhas na delimitação, a Turquia procura uma abordagem mais equitativa que tenha em consideração as especificidades geográficas e os seus interesses estratégicos. A delimitação da região do Mediterrâneo Oriental irá depender de um equilíbrio entre considerações jurídicas e políticas. O governo turco não exclui a possibilidade de resolução pacífica, incluindo o recurso para o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), com o consentimento mútuo de ambos os Estados e com um acordo prévio das questões a serem submetidas. Contudo, a falta de consenso sobre metodologias e direitos cria uma barreira significativa para soluções rápidas e contribui para elevar o risco de novas tensões na região. Para aprofundarmos a temática apresentada, iremos desenvolver no próximo capítulo a importância da descoberta de recursos energéticos na região do Mediterrâneo Oriental e a sua importância e impacto nas relações entre a Turquia, a Grécia e o Chipre.

---

5 *Agreement between The Government of the Arab Republic of Egypt and the Government of the Hellenic Republic on The Delimitation of the Exclusive Economic Zone between the two countries* <https://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/GRCEGY.pdf> (United Nations, 2020).

b. Energia e Geopolítica no Mediterrâneo Oriental

**Figura 3**  
**Proposta de gasoduto EastMed, 2012-2021**



Fonte: Wharton Energy Group e AFP (2020).

A descoberta de hidrocarbonetos (gás natural e petróleo) na região do Mediterrâneo Oriental, no final da década de 2000, pelo consórcio *Isramco-Delek-Chevron*, em Tamar (2009) e *Leviathan*<sup>6</sup> (2010), ao largo da costa de Israel, e a descoberta, em 2011, de um depósito de gás no campo de *Aphrodite*<sup>7</sup>, no bloco 12 da ZEE da República do Chipre, com uma reserva estimada de 129 mil milhões de metros cúbicos, pelo consórcio *Noble Energy-Shell-Delek*, contribuiu para aumentar os interesses e as tensões na região do Mediterrâneo Oriental, com a Turquia a assumir um papel central na disputa por esses recursos.

As reservas no Campo *Aphrodite* assinalaram uma reviravolta para os países da região, particularmente para o Chipre, Israel, o Líbano e o Egito. Após a assinatura de acordos de delimitação da ZEE com o Egito, em 2003, com o Líbano, em 2007, e com Israel, em 2010, a República do Chipre, no sul da ilha, iniciou o processo de exploração de gás natural liquefeito (GNL), concedendo, para o efeito, licenças a

6 Leviathan Natural Gas Field, disponível em: <https://newmedenergy.com/operations/leviathan/> (NewMed Energy, 2024).

7 Aphrodite Natural Gas Field, disponível em: <https://newmedenergy.com/operations/aphrodite/> (NewMed Energy, 2024).

empresas petrolíferas internacionais, como a *ENI-KOGAS*, *Chevron*, *Total*, *Exxon Mobil* e *Qatar Petroleum*, entre 2013 e 2019, para perfuração e produção de GNL *offshore*.

As reservas combinadas de recursos de gás natural na bacia do Levante, que inclui países como o Chipre, Israel, Líbano e Síria, ascendem aos 3,5 mil milhões de metros cúbicos. O delta do Nilo, na ZEE do Egito, tem um potencial adicional de 6,2 mil milhões. A viabilidade económica da produção em grande escala, nestes campos *offshore* depende das partes em disputa, Turquia-Grécia-Chipre e Israel-Líbano-Síria, superarem as questões relacionadas com as delimitações equitativas das fronteiras marítimas e dos recursos energéticos existentes. Chipre é uma peça importante no tabuleiro geopolítico, caso haja necessidade de uma intervenção militar em crises do Médio Oriente. A nível económico, conta com uma vasta área marítima com recursos energéticos e poderá servir de plataforma para o fornecimento de energia a nível regional e europeu com as reservas estipuladas para o Campo *Aphrodite*.

No que respeita à realização deste projeto de exportação de GNL, foram consideradas algumas opções, destacando-se a construção de uma central de gás natural liquefeito, em Vassilikos. “A vantagem nesta opção seria o acesso aos mercados sem a intervenção de um terceiro interveniente com maior flexibilidade na produção e fornecimento e tendo em desvantagem o elevado custo de construção de infraestruturas” (Demiryol, 2018). Uma segunda opção previa a construção de um gasoduto com 340 km com ligação a Idku, no Egito. Neste âmbito, “a desvantagem seria que essas infraestruturas apenas seriam capazes de produzir gás natural para consumo interno” (Demiryol, 2018). Uma terceira opção viável seria a construção de um gasoduto para o continente europeu (ver figura 3), funcionando a Grécia como país de trânsito (Demiryol, 2018). Considerando a importância que a República do Chipre poderá alcançar no panorama energético regional e europeu, o governo turco estabeleceu como objetivo ampliar a sua influência regional, aliando-se à Líbia, ao Catar e aos cipriotas turcos.

Para este efeito firmou, em 2019, um acordo com o governo líbio que incluiu a delimitação de novas fronteiras marítimas, expandindo, alegadamente, a sua ZEE de forma a englobar as ilhas gregas de Creta e Rodes. Importa recordar que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), “defende que todos os recursos marítimos têm de ser distribuídos de forma igualitária e equitativa, designando as delimitações marítimas” (Jornal das Comunidades Europeias, 1998). As ambições expansionistas turcas foram fortemente criticadas pela comunidade internacional e entraram em colisão com as estratégias da UE e da OTAN, contribuindo para aumentar o nível de instabilidade na região para dificultar a atribuição de licenças de perfuração a empresas internacionais, “uma vez que a Turquia considera que o governo cipriota não tem a legitimidade para atribuir licenças sem um acordo político entre as partes” (Ratner, 2016).

Com a finalidade de ultrapassar estes obstáculos e de coordenar políticas de energia entre os vários Estados da região do Mediterrâneo Oriental, foi criado o *Eastern Mediterranean Gas Forum*, integrando o Chipre, a Grécia, Israel, a Itália, a Jordânia, a Autoridade Palestiniana e o Egito, e isolando estrategicamente Ancara, contribuindo para refletir as tensões geopolíticas subjacentes na região. Esta organização facilitou ainda a integração de França e dos EUA, que ingressaram como observadores, ampliando o alcance político e económico do referido fórum. Um dos projetos-chave deste Fórum inclui “o *Interconnector Israel-Cyprus-Greece* que visa a ligação dos campos de gás neste espaço regional aos mercados europeus, reduzindo a dependência do gás russo e sírio” (Stergiou, 2017).

A estratégia *Mavi Vatan* simboliza as aspirações da Turquia, país que procura expandir a sua influência marítima e garantir o controlo das águas circundantes ao seu território no mar Egeu, na região do Mediterrâneo Oriental e no mar Negro. Este conceito estratégico integra objetivos de segurança, controlo territorial e recursos energéticos, reflete a postura agressiva da Turquia neste espaço regional, marcada pela realização de exercícios navais e aéreos, a atribuição de licenças de exploração a empresas turcas de energia, nas novas áreas de jurisdição marítima, e a suspensão de atividades de perfuração e exploração de hidrocarbonetos por consórcios internacionais, contestando, por um lado, os interesses e direitos gregos, israelitas, egípcios e cipriotas e capacitando, por outro, o Estado turco para limitar todos os projetos em que não se encontra envolvido, ao mesmo tempo que as vitórias diplomáticas de Atenas dão menos motivos à Turquia para seguir pela via diplomática.

Em síntese, no início de 2010, prevaleceu o otimismo de que a implementação do gasoduto da região do Mediterrâneo Oriental poderia funcionar como catalisador para resolver as disputas entre os vários Estados. Porém, permanecia a dúvida sobre a viabilidade económica e política do projeto. O conflito na Ucrânia e a necessidade de a Europa diversificar os seus fornecedores geraram curiosidade sobre as reservas na região do Mediterrâneo Oriental, em alternativa ao gás proveniente da Rússia e da Síria, e aumentaram a possibilidade de exploração energética partilhada neste espaço regional.

No entanto, a realização do projeto no campo *Aphrodite* enfrenta obstáculos técnicos, financeiros e políticos, “devido à instabilidade regional, à inexistência de infraestruturas, no Chipre, que possibilitem a exploração e exportação de Gás Natural Liquefeito (GNL), bem como a escassez de investimento direto” (Demiryol, 2018). Sendo que as reservas combinadas de GNL na região do Mediterrâneo Oriental poderão não ser suficientes para substituir os 155 mil milhões de metros cúbicos/ano que a Europa necessitaria para substituir o gás da Rússia a curto prazo. Se ponderarmos ainda a disputa entre a Turquia e a Grécia, que dura há mais de cinco décadas, e que se traduz em:

- conflitos pela soberania de ilhas no mar Egeu;
- questão do Chipre, em 1974, ocupada pela Turquia, em resposta a um golpe apoiado por nacionalistas gregos, que contribuiu para a divisão da ilha entre a República do Chipre (reconhecida internacionalmente) e a República Turca do Norte do Chipre (reconhecida apenas pela Turquia), que encerra, além da luta pela soberania, uma panóplia de questões como a delimitação dos direitos de pesca, a exploração dos recursos naturais marinhos disponíveis do leito do mar e subsolo, nas áreas sob soberania ou jurisdição nacionais, até disputas recentes como a gestão da migração e dos recursos energéticos (International Crisis Group, 2021);
- o Acordo Marítimo entre a Turquia e a Líbia, em 2019, que isolou Ancara;
- os esforços de reaproximação da Turquia, primeiro com Israel, em 2016, e depois com o Egito, em 2021, que se revelaram infrutíferos.

É plausível concluir que o gasoduto na região do Mediterrâneo Oriental não se afigura uma alternativa imediata ao fornecimento de gás russo à Europa. Neste âmbito e para melhor entendermos o futuro deste espaço regional, desenvolvemos no próximo capítulo as implicações deste constrangimento para a Segurança da UE, bem como alguns cenários que poderão sistematizar as possíveis evoluções das dinâmicas na região do Mediterrâneo Oriental.

### 3. Implicações para a Segurança da União Europeia

A intensificação das disputas no Mediterrâneo Oriental coloca a Segurança da UE perante um duplo desafio. Por um lado, a questão dos recursos energéticos, e, por outro, as questões jurídicas. No que respeita aos recursos energéticos, as recentes descobertas de gás natural na região conferem à UE a oportunidade de diversificar as suas fontes de abastecimento e de reduzir a dependência do gás proveniente da Rússia, reforçando, assim, a sua autonomia estratégica neste domínio. Quanto às questões jurídicas, a contestação turca às delimitações das ZEE da Grécia e do Chipre compromete a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e gera vulnerabilidades económicas, uma vez que projetos de infraestruturas — como gasodutos e terminais de gás natural liquefeito — poderão ser adiados ou inviabilizados por bloqueios políticos ou outro tipo de ameaças. Esta conjugação de riscos exige da UE uma resposta coordenada, a nível diplomático e a nível jurídico, no âmbito do Direito Internacional Público, sob pena de fragilizar a sua coesão interna e/ou colocar em causa os seus interesses económicos. O contexto geopolítico no Mediterrâneo Oriental acarreta ainda implicações significativas a

nível da segurança militar e da gestão dos fluxos migratórios, dimensões que não podem ser subvalorizadas pela UE.

As tensões navais entre a Turquia e a Grécia — membros da OTAN — evidenciam a fragilidade da aliança, face a eventuais cisões internas e coloca em causa o princípio de Defesa Coletiva. Em simultâneo, potenciais conflitos ou instabilidade política no Chipre e nas zonas costeiras adjacentes poderão desencadear novos fluxos migratórios em direção à Europa, exercendo pressão sobre as fronteiras externas da UE. Neste contexto, a UE poderá ser obrigada a reforçar os mecanismos de segurança regional — através de parcerias estratégicas com o Egito, Israel e o próprio Chipre — recorrendo, para o efeito, a instrumentos de *hard power* (por exemplo, um destacamento naval no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente — PESCO<sup>8</sup>), ou recorrendo a políticas de *soft power* (por exemplo, no âmbito da cooperação económica e diplomática), de modo a preservar a estabilidade e salvaguardar os seus interesses estratégicos.

#### a. Cenários futuros para a região do Mediterrâneo Oriental

Atendendo à complexidade do panorama geopolítico no Mediterrâneo Oriental foram delineados três cenários futuros para esta região, considerando as implicações para a segurança e a estabilidade regional: (i) a escalada do conflito, (ii) a manutenção do *statu quo*, (iii) e a resolução pacífica e cooperação. Foram ainda ponderadas variáveis, como (a) as mudanças nas políticas externas dos Estados deste espaço regional, (b) a evolução das dinâmicas de segurança regional, e (c) os avanços na cooperação energética.

Num cenário de escalada do conflito:

- a. Alterações nas políticas externas que possam reforçar nacionalismos, a competição por recursos energéticos e afirmações unilaterais de soberania podem intensificar os conflitos. Por exemplo, se a Turquia continuar a desafiar o Direito Internacional com acordos bilaterais controversos (como o caso da Líbia, em 2019), ou se a Grécia ampliar a sua ZEE sem negociações multilaterais, o risco de incidentes militares aumentaria consideravelmente. A entrada de novos atores, como a Rússia ou os Emirados Árabes Unidos, poderia agravar ainda mais a situação, polarizando a região.

---

8 PESCO – A *Permanent Structured Cooperation* é um mecanismo de cooperação em matéria de Defesa e Segurança estabelecido pela UE. Presentemente, 26 dos 27 Estados-membros da UE aderiram a este mecanismo, comprometendo-se a trabalhar em conjunto para desenvolver e reforçar as capacidades de Defesa da União (EDA, 2025).

- b. Quanto à evolução das dinâmicas de segurança regional, estas seriam potencialmente militarizadas e voláteis. A continuação das disputas territoriais e a sobreposição de interesses estratégicos — especialmente entre a Turquia, a Grécia e o Chipre — poderiam aumentar o risco de militarização, com exercícios militares e alianças regionais antagônicas (como uma aliança entre a Grécia, o Chipre, o Egito e Israel *versus* a Turquia). O envolvimento crescente de potências como a França, os EUA ou a Rússia, teriam potencial de transformar a região do Mediterrâneo Oriental num espaço de competição estratégica permanente. A OTAN, da qual fazem parte a Grécia e a Turquia, teria dificuldades em evitar uma escalada direta entre dois dos seus Estados-membros.
- c. Neste cenário, os recursos energéticos deixariam de ser um vetor de cooperação e passariam a ser um instrumento de poder unilateral. Projetos como o gasoduto *EastMed* ou os campos de gás cipriotas seriam considerados por Ancara como ameaças diretas aos seus interesses estratégicos, aprofundando divisões e originando ações de bloqueio ou intimidação. Os consórcios internacionais poderiam recuar, perante um clima de instabilidade, afetando a exploração de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural) e a atração de investimentos, o que contribuiria para aumentar as disputas entre os Estados da região.

Num cenário de manutenção do *statu quo*:

- a. Se os Estados da região do Mediterrâneo Oriental optassem por adotar políticas externas cooperantes, seriam capazes de contribuir para uma redução das tensões bilaterais, especialmente entre a Grécia, a Turquia, o Egito, Israel e o Chipre. A abertura para o diálogo sobre delimitação de fronteiras marítimas e exploração conjunta de hidrocarbonetos poderia favorecer acordos multilaterais e iniciativas de mediação internacional.
- b. As dinâmicas de segurança na região do Mediterrâneo Oriental poderiam evoluir para um cenário de maior cooperação entre Estados, incluindo a criação de mecanismos regionais, como fóruns de defesa aérea e naval, além de acordos de não agressão, reduzindo o risco de confrontos.
- c. Os avanços na cooperação energética contribuiriam para a estabilidade regional. A exploração dos hidrocarbonetos poderia traduzir-se num incentivo à cooperação, se os países reconhecessem o interesse mútuo em projetos conjuntos como gasodutos regionais. A integração energética — como o Fórum do Gás da região do Mediterrâneo Oriental — poderia funcionar como plataforma de diálogo político e económico, mitigando as rivalidades.

Num cenário de resolução pacífica e cooperação:

- a. A adoção de políticas externas que se centrem na resolução dos conflitos, poderia contribuir para a redução das tensões diplomáticas e o início de um diálogo

estruturado sobre a delimitação marítima, os recursos energéticos e a segurança regional. Alterações nesse sentido favoreceriam a normalização das relações bilaterais (entre a Turquia e o Egito ou entre a Turquia e Israel), promoveriam um espaço para a mediação internacional e tornariam possível a assinatura de acordos multilaterais sobre partilha de recursos e cooperação estratégica.

- b. Num ambiente político de cooperação, as dinâmicas de segurança regional poderiam contribuir para a mitigação do conflito, naval e aéreo, e estabilização dos equilíbrios geoestratégicos. Criar mecanismos de gestão de crises e linhas de comunicação permanentes entre os Estados para evitar escaladas involuntárias do conflito. A OTAN e a UE também teriam um papel mais ativo e dinamizador na segurança regional, promovendo exercícios conjuntos e diálogo técnico entre países aliados.
- c. A cooperação energética, neste cenário, tem um potencial transformador para a região. A exploração e exportação de hidrocarbonetos poderiam estimular a interdependência económica, diluindo o conflito. A criação de infraestruturas comuns como gasodutos ou instalações de liquefação poderia exigir coordenação técnica e política entre Estados. No entanto, essa cooperação só poderia ser viável se fossem estabelecidos acordos claros de delimitação marítima e respeito mútuo pela soberania. O Fórum do Gás da região do Mediterrâneo Oriental (do qual a Turquia se encontra ausente) poderia ser expandido ou reformulado para incluir todos os atores relevantes, promovendo uma abordagem mais inclusiva e equilibrada.

Cada um dos cenários projetados acarreta implicações significativas para a segurança e a estabilidade regional. O primeiro, escalada do conflito, teria consequências devastadoras, nomeadamente um confronto militar entre membros da OTAN, destabilização regional, impactos económicos, incremento da presença militar internacional na região, crise humanitária, aumento dos fluxos migratórios e um bloqueio na cooperação energética e ambiental.

O segundo cenário, manutenção do *statu quo*, apesar de apresentar aparentemente um risco menor face ao cenário anterior, manteria a região num impasse diplomático, sem avanços significativos, manutenção da tensão militar com cooperação limitada no setor energético. Finalmente, o terceiro cenário, de resolução pacífica e cooperação, representaria a melhor solução para a estabilidade e prosperidade da região, benefícios para a segurança e para o desenvolvimento económico, redução do conflito, estabilização das relações bilaterais e multilaterais, criação de fóruns regionais permanentes, integração energética e económica e fortalecimento do papel da UE e da OTAN na região.

#### 4. Respostas e Estratégias da União Europeia

Face aos múltiplos desafios no Mediterrâneo Oriental, a UE tem recorrido a vários instrumentos políticos e diplomáticos para gerir o conflito no Mediterrâneo Oriental, apesar de algumas limitações que afetam a eficácia da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), nomeadamente no que respeita ao processo de decisão por unanimidade, não garantindo uma resposta rápida e eficaz perante uma situação de escalada rápida do conflito.

A UE e a OTAN, apesar de serem cruciais para a manutenção da estabilidade na região do Mediterrâneo Oriental, enfrentam desafios estruturais e políticos que limitam a sua eficácia na mediação do conflito entre a Grécia e a Turquia. Ambas as organizações lidam com o paradoxo de tentar equilibrar os interesses dos seus Estados-membros e aliados estratégicos, enquanto preservam a unidade política e institucional. A complexa relação entre a UE e a OTAN, no que se refere a operações internacionais, interoperabilidade e a alocação de capacidades dos Estados-membros, é explicada pela fraca articulação institucional e política entre as duas instituições, o que dificulta a criação de sinergias operacionais duradouras para um futuro quadro de cooperação institucional, operacionalmente eficaz, principalmente na vizinhança da UE (Daehnhardt, 2014).

A UE está profundamente dividida em relação à abordagem que deve adotar para mediar o conflito, tendendo a favorecer a perspectiva dos seus Estados-membros mais diretamente envolvidos, como a Grécia e o Chipre.

No plano político, tanto a Comissão Europeia como o Conselho Europeu emitiram declarações conjuntas sublinhando a necessidade de respeito pelo Direito Internacional e convidando as partes a retomar o diálogo. A UE promoveu iniciativas de mediação, apoiando conversações bilaterais entre Atenas e Ancara e encontros tripartidos com representantes do Chipre, sob a égide da CNUDM.

A UE impôs sanções<sup>9</sup>, válidas até ao final de novembro de 2025, dirigidas a pessoas singulares e coletivas, responsáveis ou envolvidas na atividade de perfuração não autorizada da *Türkiye* no Mediterrâneo Oriental. Presentemente, as medidas restritivas abrangem Mehmet Ferruh Akalin, vice-presidente e membro do Conselho de Administração da *Turkish Petroleum Corporation* (TPAO), e Ali Coscum Namoglu, diretor-adjunto do departamento de exploração da TPAO.

No plano militar, a Operação da Força Naval da UE para o Mediterrâneo IRINI<sup>10</sup> (EUNAVFOR MED IRINI), em vigor até 31 de março de 2027, tem como missão

---

9 Ver o Mapa de Sanções da UE – Lista de Pessoas, Entidades e itens; atos legais e Diretrizes, disponível em: <https://www.sanctionsmap.eu/#/main/details/49/?search=%7B%22value%22:%22%22,%22searchType%22:%7B%7D%7D>

10 IRINI significa «paz» em grego. A Operação IRINI foi lançada em 31 de março de 2020.

principal contribuir para a aplicação do embargo ao armamento imposto pelas Nações Unidas à Líbia. No entanto, o Conselho da UE decidiu acrescentar uma nova missão ao mandato da operação IRINI, que, para além do tráfico de armas e material conexo, combate as exportações ilícitas de petróleo provenientes da Líbia, fornece informações úteis para a proteção das infraestruturas marítimas críticas e para o planeamento de contingência, contribuindo para o conhecimento situacional marítimo na zona de operações e na zona comum de operações, reforçando, desta forma, a presença europeia no Mediterrâneo Oriental.

Outros Estados-membros, como é o caso de França, favorecem uma postura mais rígida em relação à Turquia, incluindo a aplicação de sanções, devido às atividades de exploração de recursos em águas disputadas. Em contrapartida, países como a Alemanha preferem uma abordagem mais diplomática, enfatizando a importância de manutenção de laços económicos e geopolíticos com Ancara. A Turquia é um parceiro estratégico da OTAN, pela sua posição geográfica privilegiada, pelo desempenho no combate ao terrorismo e gestão dos fluxos migratórios, sobretudo os provenientes da Síria, do Afeganistão, do Iraque e do Irão. Neste âmbito, a OTAN enfrenta um desafio singular na gestão da disputa entre dois Estados-membros, enquanto procura não comprometer a coesão e eficácia da Aliança.

Face ao exposto, e com a finalidade de aumentar a eficácia na mediação do conflito, a UE poderia adotar estratégias como promover a inclusão da Turquia em fóruns regionais, designadamente o *Eastern Mediterranean Gas Forum*, incentivando a cooperação económica e energética; poderia investir em iniciativas que promovessem a partilha dos recursos energéticos e poderia criar incentivos económicos e financeiros para apoiar o diálogo entre a Turquia e a Grécia sobre as delimitações marítimas e a exploração conjunta de hidrocarbonetos. A OTAN atendendo à sua natureza essencialmente militar e defensiva, direcionada para a segurança coletiva, poderia reforçar os canais de comunicação para evitar a escalada do conflito entre os dois Estados; e promover exercícios militares conjuntos com foco no reforço da cooperação bilateral, entre a Grécia e a Turquia, na região do Mediterrâneo Oriental.

A evolução da dinâmica geopolítica da região do Mediterrâneo Oriental dependerá das estratégias dos atores envolvidos, do grau de mediação internacional e do papel das organizações multilaterais, como a OTAN, a UE e as Nações Unidas (ONU). O futuro da região está, em grande parte, nas mãos da diplomacia e da vontade política dos líderes para transformar as disputas em oportunidades de cooperação.

## 5. Considerações Finais

As disputas geopolíticas e energéticas na região do Mediterrâneo Oriental refletem a complexidade da região, onde questões históricas, jurídicas e estratégicas se entrelaçam, criando um ambiente de tensão permanente. A descoberta de reservas de gás natural, na última década, elevou a importância estratégica na região do Mediterrâneo Oriental, tornando-o um ponto central para a segurança energética da Europa e para as pretensões dos Estados envolvidos. No entanto, os conflitos persistentes entre a Turquia, a Grécia e o Chipre dificultam a cooperação regional e a exploração dos recursos de forma pacífica e equitativa.

A Turquia, com uma postura agressiva e a estratégia *Mavi Vatan*, procura consolidar a sua influência na região, contestando os limites marítimos estabelecidos pela Grécia e pelo Chipre. Por um lado, a exclusão da Turquia de iniciativas regionais, como o *Eastern Mediterranean Gas Forum*, reforça o seu isolamento estratégico, levando a ações unilaterais que exacerbam as tensões. Por outro lado, a Grécia e o Chipre fundamentam as reivindicações no Direito Internacional, especialmente na CNUDM, ainda que a aplicação deste Tratado seja contestada pela Turquia, que não é signatária do mesmo. Esta divergência é um dos maiores entraves para uma solução consensual.

A UE enfrenta desafios significativos ao tentar equilibrar os interesses do seu Estado-membro, a Grécia, com parceiros estratégicos, como é o caso da Turquia – que, apesar de não integrar a UE, é membro da OTAN – num cenário de crescente instabilidade regional. A incapacidade de alinhar posições dentro da Aliança Atlântica reflete as implicações geopolíticas mais amplas do conflito, que afetam não apenas os Estados envolvidos, mas também a segurança energética e a estabilidade na região do Mediterrâneo Oriental. A escalada do conflito pode comprometer projetos estratégicos, como o gasoduto na região do Mediterrâneo Oriental, dificultando a diversificação das fontes de gás natural para a Europa, num momento de crise energética global.

Apesar de as reservas de gás natural na região representarem uma oportunidade única para impulsionar o desenvolvimento e a integração económica regional, o aproveitamento desses recursos requer um ambiente de cooperação e estabilidade política. A exploração conjunta dos campos de gás, mediada por acordos bilaterais ou multilaterais, poderia reduzir tensões e beneficiar todos os países envolvidos. Contudo, as divisões profundas entre os Estados e a falta de consenso sobre questões centrais, como a delimitação de fronteiras marítimas, comprometem as perspetivas de progresso a curto prazo.

Em síntese, a região Mediterrâneo Oriental continuará a ser um palco de rivalidades e negociações sensíveis no futuro próximo. A busca de soluções pacíficas e diplomáticas, possivelmente mediadas por organismos internacionais,

será essencial para evitar novas escaladas do conflito e assegurar a estabilidade regional. A região possui potencial para se transformar num centro estratégico de energia para a Europa, mas isso dependerá da capacidade dos Estados, neste espaço regional, superarem as divergências históricas, conferindo prioridade aos interesses comuns de desenvolvimento e segurança energética.

## Bibliografia

- Adar, S., 2024. Turkey's Geostrategy: Opportunism and Dissonance. *Internationale Politik Quarterly*, 10 de janeiro.
- Agneska, B. e Israa, S., 2021. What's Driving the Conflict in the Eastern Mediterranean?. *Lawfare - Foreign Relations & International Law*, 25 de janeiro.
- Bardakçı, M., 2022. "Turkey and the Major Powers in the Eastern Mediterranean Crisis from the 2010s to the 2020s". *Comparative Southeast European Studies*, 70(3), pp. 516-539.
- Bourekba, M., 2023. Navigating the Mediterranean: Rethinking Priorities for EU-Southern Neighbourhood Relations. *CIDOB - Barcelona Centre for international Affairs*, Junho.
- Cagaptay, S., 2020. Turkey In The Eastern Mediterranean Crisis. *Hoover Institution - Strategika*.
- Conselho da UE e do Conselho Europeu, 2025. *Mar Mediterrâneo: Conselho prorroga o mandato da operação IRINI até 2027*. [Online] Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2025/03/11/mediterranean-sea-council-prolongs-the-mandate-of-operation-irini-until-2027/>
- Council of the European Union, 2024. *Restrictive measures (Sanctions) - Update of the EU Best Practices for the effective implementation of restrictive measures*, Bruxelas: Council of the European Union.
- Daehnhardt, P., 2014. A Parceria União Europeia-NA TO: A Persistência de uma Relação Complexa. *Nação e Defesa*, N.º 137, pp. 45-73.
- Daily Sabah, 2023. EU calls Türkiye 'key' partner amid thaw with Greece. *Daily Sabah*, 13 de dezembro.
- Dalay, G., 2023. How will geopolitics shape Turkey's international future?. *Chatham House*, 6 de junho.
- Dalay, G., 2024. Turkish Foreign Policy in an Unhinged World. *Middle East Council on Global Affairs*, 30 de maio.
- Demiryol, T., 2018. Between Security and Prosperity: Turkey and the Prospect of Energy Cooperation in the Eastern Mediterranean". *Turkish Studies*, 21 de outubro, 20(3), pp. 442-464.
- Eissler, E. R. e A. G., 2014. "Maritime Boundary Delimitation in the Eastern Mediterranean: A New Conflict between Cyprus, Turkey, Greece and Israel?. *The RUSI Journal*, 159(2), pp. 74-80.

- Ellinas, C., 2022. Energy geopolitics in the Eastern Mediterranean: Challenges and opportunities. *Atlantic Council*, 16 de fevereiro.
- European Defence Agency, 2025. *PESCO Projects Adapt and Accelerate Amid Shifting European Security Landscape, EU Report Finds*, Bélgica: s.n.
- Fernandes, J. P. T. e Rodrigues, D., 2020. A Transformação da Turquia na Era Erdoğan: Implicações sobre a Segurança Euro-Atlântica. *Nação e Defesa*, Agosto, N.º 156, pp. 103-122.
- Flouros, F., 2022. *Energy Security in the Eastern Mediterranean Region*. Suíça: Palgrave Macmillan Cham.
- Government Gazette of Greece, 2011. *For the operation of Electricity and Gas Energy Markets, for Exploration, Production and transmission networks of Hydrocarbons and other provisions*, Grécia: Government Gazette.
- Grigoriadis, I. N., 2014. Energy Discoveries in the Eastern Mediterranean: Conflict or Cooperation?. *Middle East Policy*, Vol. XXI(3).
- Hardly, S. C., 2022. Hardly predictable and yet an equitable solution: Delimitation by judicial process as an option for Greece and Turkey in the Eastern Mediterranean. *Leiden Journal of International Law*, 26 de maio, pp. 549-568.
- IISS, 2021. Turbulence in the Eastern Mediterranean - Geopolitical, Geopolitical, Security and Energy Dynamics. *The International Institute for Strategic Studies*.
- Insight Turkey, 2023. Turkish Foreign Policy at the Turn of the 'Century of Türkiye': Challenges, Vision, Objectives, and Transformation. *Insight Turkey*, 4 de outubro, 25(3).
- International Crisis Group, 2021. Turkey-Greece: From Maritime Brinkmanship to Dialogue. *International Crisis Group*, 31 de maio, p. 37.
- International Crisis Group, 2023. An Island Divided: Next Steps for Troubled Cyprus. *International Crisis Group*, 17 de abril, N.º 268.
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 1998. *Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar e acordo relativo à aplicação da parte XI da convenção*, Bruxelas: Jornal Oficial das Comunidades Europeias.
- Kaymak, E. e Isachenko, D., 2024. Turkey's Strategic Autonomy in the Black Sea and the Eastern Mediterranean. *Stiftung Wissenschaft und Politik - German Institute for International and Security Affairs*, Setembro.
- Leite, J. M. S., 2022. *A Turquia no Mediterrâneo Oriental: A disputa pelos recursos energéticos*. Minho: s.n.
- Ministry of Foreign Affairs Republic of Türkiye, 2020. *Regarding the Signing of a So-Called Maritime Delimitation Agreement between Greece and Egypt*, Türkiye: s.n.
- NewMed Energy, 2024. *Aphrodite Natural Gas Field*. [Online] Disponível em: <https://newmedenergy.com/operations/aphrodite/>
-

- NewMed Energy, 2024. *Leviathan*. [Online] Disponível em: <https://newmedenergy.com/operations/leviathan/>
- Ozay Mehmet, V. Y., 2020. *Modern Geopolitics of Eastern Mediterranean Hydrocarbons in an Age of Energy Transformation*. Suíça: Springer.
- Ramos, G. A., 2020. Mediterrâneo Oriental. Gás sob pressão a leste da Europa. *RTP*, 3 de setembro.
- Ratner, M., 2016. *Natural Gas Discoveries in the Eastern Mediterranean, USA*: s.n.
- Santoro, D., 2024. Ultimate Goal of Turkish Geopolitics: Get the US out of the Way. *Geopolitical Futures*, 23 de outubro.
- Stergiou, A., 2017. Energy Security in the Eastern Mediterranean. *International Journal of Global*, 40(5), p. 320.
- Sultan AlRubaei, S. S. C., 2023. End of an era? The Eastern Mediterranean and geopolitics of natural gas. *Trends Research & Advisory*, 23 de junho.
- Tanchum, M., 2021. The Geopolitics Of The Eastern Mediterranean Crisis: A Regional System Perspective on the Mediterranean's New Great Game. *JSTOR*.
- Tocci, N., 2020. Unpacking the Conflict in the Eastern Mediterranean. *Istituto Affari Internazionali*, 4 de outubro.
- TRT, 2021. Türkiye avalia os estilos diplomáticos de Trump e Biden com o aproximar das eleições nos EUA. *TRT*.
- Tsakiris, T. S. U. a. A. K. H., 2018. "Gas Developments in the Eastern Mediterranean: Trigger or Obstacle for EU-Turkey Cooperation?". *Online Paper*, Maio, Issue 22.
- Türmen, R., 2020. Whose Sea? A Turkish International Law Perspective on the Greek-Turkish Disputes. *Institute Montaigne*, 10 de outubro.
- Tzimitras, H., 2025. Reconceptualizing conflict and cooperation over energy in the East Mediterranean. *KAS Multinational Development Policy Dialogue (MDPD)* Bruxelas, Fevereiro.
- U.S. Department of State, 2015. Energy and Geopolitics in the Eastern Mediterranean. 15 de outubro.
- União Europeia - Eur-Lex, 2023. *Operação militar da União Europeia no Mediterrâneo*. [Online] Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/a-european-union-military-operation-in-the-mediterranean-european-union-naval-force-mediterranean-operation-irini.html?fromSummary=25>
- United Nations, 2019. *Memorandum of Understanding between the Government of the Republic of Turkey and the Government of National Accord-State of Libya on delimitation of the maritime jurisdiction areas in the Mediterranean*. [Online] Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/56119/Part/I-56119-080000028056605a.pdf>
-

- United Nations, 2020. *Address by Mr. Recep Tayyip Erdoğan, President of the Republic of Turkey, UN General Assembly, Seventy-fifth Session, 4th Plenary Meeting*, Nova Iorque: s.n.
- United Nations, 2020. *Agreement between The Government of the Arab Republic of Egypt and the Government of the Hellenic Republic on the Delimitation of The Exclusive Economic Zone between two countries*. [Online] Disponível em: <https://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/GRCEGY.pdf>
- United Nations, 2020. *Letter dated 18 March 2020 from the Permanent Representative of Turkey to the United Nations addressed to the Secretary-General*. [Online] Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n20/071/59/pdf/n2007159.pdf>
- Wæver, O. e B. B., 2003. *Regions and Powers The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wasilewski, K., 2020. Changes in the EU's Policy Towards Turkey. *The Polish Institute of International Affairs (PISM)*, 20 de agosto, N.º 180.
- Yergin, D., 2011. *The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World*. Nova Iorque: Penguin Books.